



## DESAFIOS DOS ESTUDANTES TRABALHADORES DA UFPEL (2019- 2020)

MILENA DA SILVA LANGHANZ<sup>1</sup>;  
LORENA ALMEIDA GILL<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas 1 – milena.langhanz@gmail.com 1

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – lorenaalmeidagill@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro, tal como o percebemos hoje, se construiu a partir da abolição da escravidão e do processo de modernização econômica dos anos de 1930 (RAMALHO e ARROCHELAS, 2004). Tendo em vista esses eventos foi produzida a possibilidade de situações de informalidade. Segundo Pochmann (2008,p.195), a “informalidade do trabalho é parte do processo histórico de formação e de desenvolvimento de uma economia periférica que se industrializou tardiamente [...]”. A informalidade é pensada, portanto, como um conceito histórico e sociológico, baseado em uma definição jurídica, ou seja, são informais os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada, vínculo empregatício e direitos a benefícios, como férias e 13º salário, dentre outros (NORONHA, 2003). Atualmente, tem-se fortalecido um discurso mais positivo sobre situações de trabalho informal e autônomo, a partir de uma definição de que a atuação por conta própria pode ser interessante a quem o executa. Para isso, comumente tem-se utilizado a palavra empreendedor. A pandemia de covid-19, no entanto, tem mostrado que a realidade de um pequeno empreendedor pode não ser tão fácil como parece para os seus defensores.

Em relação às universidades, até a década de 1970, as instituições de ensino superior brasileiras eram compostas, em sua maioria, por jovens que pertenciam à elite do país. Após o ano de 2012, foram criadas novas universidades públicas e ofertas de bolsas em instituições particulares (PROUNI), a partir da aplicação de recursos do FIES (Programa de Financiamento Estudantil), além da preconização de uma política de cotas que possibilitou a entrada de jovens de baixa renda e de ensino público nas universidades. (VARGAS e PAULA, 2013; PEREIRA, 2019).

Para esta pesquisa, realizada pelo PET Diversidade e Tolerância, os objetivos foram conhecer quais as formas de trabalho encontradas para complementar a renda; perceber as motivações que os levaram a procurar trabalho e saber se essa renda era determinante para a manutenção dos estudos.

### 2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi uma análise quali-quantitativa, por meio de um questionário *online* formulado via *google forms* com trinta e três questões abertas e fechadas que possibilitaram a construção de pequenas narrativas, permitindo conhecer um pouco mais sobre a realidade dos alunos, incluindo o sentimento de cada um deles sobre a realidade de ser, ao mesmo tempo, aluno e trabalhador. As respostas foram dadas de forma anônima.

Esse formulário foi enviado aos estudantes de graduação da UFPEL via redes sociais, durante os meses de março a junho de 2020. Para análise do conteúdo foi utilizado o *software Excel*.



### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Coletou-se 184 respostas, de alunos oriundos de vinte e duas unidades acadêmicas e trinta e cinco diferentes graduações. Foi observado que 57,6% dos estudantes que participaram da pesquisa são bolsistas da PRAE e, destes, 76,4% recebem mais de dois auxílios e 40,8% dos estudantes respondentes não recebem nenhum auxílio da PRAE, nem bolsas de estudos. Referente ao trabalho em 2019, 30,9% dos estudantes trabalharam no mercado formal e 76,1% trabalharam no mercado informal. Em 2020, 71,7% trabalham informalmente e a atividade mais citada foi *freelancer*, cujo termo abarca uma série de atividades que podem ser bastante diversas.

A renda do trabalho é necessária para a sobrevivência de 83,7% dos estudantes que participaram da pesquisa. Sobre a pergunta relacionada ao pagamento de dívidas, 48,9% relataram que, às vezes, conseguem se manter e pagar suas contas; 36,4% afirmaram que efetivamente conseguem pagar as contas e 14,7% relataram que não conseguem nem mesmo pagar as despesas. Três participantes relataram que após a demissão do trabalho formal, começaram a trabalhar no mercado informal para manter a renda. A grande maioria dos participantes afirmou que trabalha por necessidade e apenas 7,6% revelaram que trabalham porque gostam ou estão à procura de experiência profissional. Ainda, 6% deixou bastante explícito que atua para complementar a renda familiar.

Sobre a evasão dos universitários, 63,0% relataram que já desistiram ou pensaram em desistir de frequentar as aulas/universidade por falta de dinheiro para se manter; 53,3% dos respondentes narraram que já faltaram à aula por falta de dinheiro.

Algumas dificuldades foram citadas pelos universitários para a integralização da graduação, como a disposição das disciplinas ao longo do dia, nos cursos diurnos, nos chamados currículos integrais. Dessa forma, o aluno precisa realizar suas atividades nos horários disponíveis, por isso prefere ocupações que possam ser exercidas fora do horário comercial ou que tenha flexibilidade de carga horária, pois necessitam conciliar as aulas com o trabalho. Há incerteza de conseguir renda suficiente para suprir as necessidades básicas, como apresentam os relatos a seguir:

O que considero que tenha sido complexo é conciliar o trabalho com as atividades acadêmicas considerando que além do período em aula há uma grande quantidade de exercícios, leituras etc. que precisam ser realizadas em casa e quando se precisa acordar todos os dias às 05:00 se torna uma tarefa exaustiva.  
(ESTUDANTE ANÔNIMO 1)

Sim. Muitas vezes ao fazer estágio recebia somente o necessário ou para comer ou para pagar aluguel, às vezes atrasava aluguel pra poder comprar algo mais para comer ou quando tinha que comprar gás não conseguia pagar aluguel e às vezes pagava o aluguel e deixava de comprar comida. Quanto ao curso sempre fiz com muita dificuldade, pois geralmente não tinha muito tempo para estudar e nem para realizar algumas atividades diurnas. Em parte do meu curso quase nem dormia, pois tinha que me manter acordada durante a madrugada para fazer trabalhos e estudar para prova e no dia seguinte trabalhar o dia todo e ir a aula à



noite. Ficava de virada noites e noites. ( ESTUDANTE ANÔNIMO 2)

Dessa forma, os estudantes narram que não possuem tempo livre, aumentando o cansaço físico e mental, em consequência do trabalho e estudo executados ao mesmo tempo. Por trabalharem, inclusive, nos finais de semana, o desempenho no curso de graduação é prejudicado, já que os horários apertados entre uma atividade e outra não permitem que o estudante vá para casa, por exemplo, dedicar-se com maior tranquilidade às atividades acadêmicas. Porém, muitas vezes, esse esforço não é suficiente e o estudante precisa faltar às aulas, tendo em vista a falta dinheiro para o transporte, para a alimentação, para o lazer e, assim, precisa fazer escolhas e priorizar urgências. O preconceito também foi citado como um fator agravante sobre as dificuldades de se exercer uma atividade. Os modos como se expressaram, indicaram que o estigma era direcionado à questão racial ou, ainda, devido ao tipo de trabalho exercido. Outra questão importante que aparece em alguns dos formulários foi o medo que atinge as mulheres que trabalham à noite, além da desvalorização dos serviços prestados, por não possuir garantias.

Entre as ações que a universidade poderia fazer para garantir a permanência do estudante na universidade e também seguir para uma pós-graduação, os estudantes relataram que é necessário organizar melhor a carga horária dos cursos, a fim de manter as disciplinas em um único turno. Outra ideia seria ofertar mais cursos noturnos e mais cursos a distância, pois atualmente estas ofertas são pequenas. Além disso, outros pontos foram abordados como o aumento da oferta de vagas de bolsas e estágios, além de reajuste dos valores correspondentes, equidade nas avaliações, bolsas de pós para pessoas de baixa renda, ampliação e fiscalização dos auxílios da PRAE, retomada do bolsa permanência, aumento do apoio psicopedagógico, entre outras sugestões.

As respostas, especialmente as abertas, apresentaram as dificuldades com as quais os estudantes vivem, bem como a necessidade de a Universidade mudar, tendo em vista não só incluir, mas fazer com que essas pessoas permaneçam no espaço educacional.

#### 4. CONCLUSÕES

Fala-se, nesta comunicação, de alunos, em sua maioria, em vulnerabilidade social, ou seja, provenientes de famílias de baixa renda, de escolas públicas e que possuem pouco acesso a livros, cursos e equipamentos, os quais poderiam facilitar seus estudos, além de apresentarem fragilidade de apoios relacionais. Essas pessoas revelaram as dificuldades de se conciliar uma graduação a um ou mais trabalhos, não só porque, muitas vezes, não sobra tempo para uma dedicação adequada, mas também tendo em vista que a estrutura da Universidade não costuma pensar em estudantes que, para se manterem, necessitam atuar, seja de maneira formal ou informal.

A pesquisa não conseguiu abarcar o período da pandemia do covid-19, o que poderia revelar ainda mais a dificuldade desses alunos conseguirem uma manutenção adequada. Para isso, pensa-se em observar esta realidade a partir de um novo formulário.

Algumas medidas poderiam amenizar essa situação, como o oferecimento de um maior número de cursos noturnos; uma melhor adequação de horários para cursos chamados de integrais; uma aceleração na concessão de auxílios, além de uma maior fiscalização sobre quem efetivamente tem direito.



O estudo é uma análise que se baseia em números, mas, sobretudo, em narrativas, que contam os percalços de se estudar e trabalhar em um país tão desigual.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997. Disponível

[www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1012&article](http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1012&article). Acesso em 20 de julho de 2018.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1.

NORONHA, Eduardo. “Informal”, ilegal, injusto: Percepções do mercado de trabalho no Brasil. **RBCS**, Vol. 18 nº. 53 outubro/2003 disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v18n53/18081.pdf> Acesso em: 3 de jul. de 2020.

NUNES, Edson, MARTIGNONI, Enrico e CARVALHO, Márcia. Perfil dos egressos, quotas e restrições: uma observação da educação superior no momento de sua reforma.

Documento de trabalho n. 32. **Observatório Universitário**. Jul/ 2004. Disponível em: <http://www.observatoriouniversitario.org.br/principal.htm>. Acesso em 3 de jul. de 2020.

PEREIRA, Lucinéa. O estudante de camadas populares na universidade pública: permanência garantida? **Cadernos da Pedagogia**, v. 12, n. 24, p. 16-29, jan/jun 2019

PACHECO, Eliezer, RISTOFF, Dilvo I. **Educação Superior**: Democratizando o acesso. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. 22 p. – (Série Documental. Textos para Discussão, ISSN 1414-0640; 12). Acesso em 10 de jul. de 2020.

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

RAMALHO, Jether, ARROCHELAS, Maria Helena et al. **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

VARGAS, Hustana; PAULA, Maria de Fátima. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 2, p.459-485, jul. 2013